



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

Curadoria do Meio Ambiente

Inquérito civil n. 06.2014.00010509-0

Investigado: Município de Ibicaré

Assunto: constatar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal n. 12.305/2010, por parte do Município de Ibicaré

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça Substituta em exercício na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba, Márcia Denise Kandler Bittencourt, doravante designado **COMPROMITENTE**; e o **Município de Ibicaré**, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo seu Prefeito, Sr. Gianfranco Volpato, acompanhado do Procurador do Município Dr. Dagoberto Primo, OAB/SC n. 10.011, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição da República e art. 5º da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput, da Constituição da República);



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

CONSIDERANDO o preceito contido no § 3º do art. 225 da Constituição Federal, que estabelece que as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

CONSIDERANDO que por força do art. 30, inciso V, da Constituição Federal, incumbe aos Municípios “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”;

CONSIDERANDO que o art. 10 da Lei 12.305/10 dispõe que incumbe “aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.”;

CONSIDERANDO que o art. 18, § 1º, II, da Lei 12.305/10 incentiva os municípios a “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda”;

CONSIDERANDO que a gestão integrada de resíduos sólidos implica em um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável”;

CONSIDERANDO que são princípios da política nacional de resíduos sólidos a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável; o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

CONSIDERANDO que o disposto no art. 18, § 1º, II, da Lei



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

12.305/10, expressamente estabeleceu a necessidade de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, como também que o trabalho dos catadores nesta coleta, dar-se-á por intermédio de cooperativas e/ou associações;

CONSIDERANDO que o mesmo dispositivo (art. 18, § 1º) em seu inciso I, permite que os Municípios optem “por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal”, hipótese em que esse plano poderá substituir o plano municipal de gestão de resíduos sólidos (§ 9º do art. 18 da Lei 12.305/10);

CONSIDERANDO que a Lei 12.305/10 determinou a elaboração dos Planos Municipais como condição de acesso a recursos da União destinados a serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos “ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade” (art. 18), dispositivo em vigor a partir de agosto de 2012 (art. 55);

CONSIDERANDO que a Lei 12.305/10 detalhou o conteúdo mínimo a ser observado pelos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no art. 19;

CONSIDERANDO que o art. 36 da mencionada normativa federal prevê que cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como estabelecer sistema de coleta seletiva, implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

CONSIDERANDO que essa disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

de publicação da Lei n. 12.305/2010 (art. 54);

CONSIDERANDO, enfim, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

CONSIDERANDO que, segundo consta do Inquérito Civil n. 06.2014.00010509-0, o Município de Ibicaré, apesar de ter elaborado seu Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, ainda no ano de 2013, até o momento não implementou as ações nele previstas, de modo que a urbe está desprovida do serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de se adequar a situação representada;

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, a fim de que sejam adotadas as medidas destinadas a adequar a gestão municipal de resíduos sólidos à Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constituem os objetos do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta:

1.1 Estabelecer as ações e procedimentos necessários à implementação dos princípios, objetivos e instrumentos da política nacional de resíduos sólidos, fixando cronograma de execução para implementar a coleta seletiva de acordo com a Lei Federal n. 12.305/2010, com o Decreto Federal 7.404/10 e com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

1.2 Atualizar e efetivar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

2.1 O Município compromete-se a revisar, no prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente termo, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, objetivando estabelecer ações e procedimentos necessários à implementação dos princípios, objetivos e instrumentos da política nacional de resíduos sólidos.

2.2 O Município compromete-se a, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do término do prazo anterior (cláusula 2.1), encaminhar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos revisado para aprovação pela Câmara de Vereadores do Município de Ibicaré.

2.3 O Município compromete-se a implementar, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados do término da cláusula anterior (cláusula 2.2), a coleta seletiva, bem como a instalar e manter os pontos de entrega voluntária - PEVs - para entrega de materiais reutilizáveis e recicláveis em toda a urbe.

2.3.1 A implementação prevista no item acima (2.3) poderá ser realizada de forma progressiva, conforme cronograma e detalhamento previsto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, devendo a coleta abranger, nos primeiros 12 (doze) meses, ao menos 50% (cinquenta por cento) da área urbana.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA MULTA E DA EXECUÇÃO

3.1 A inexecução de quaisquer dos prazos e obrigações fixados no presente compromisso, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados pelo signatário ao Ministério Público Estadual, facultará a este, decorridos os prazos previstos, a iniciar a imediata execução do presente Termo, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal.

3.2 O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito, formal e devidamente justificados ao Ministério



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

Público Estadual, sujeitará o inadimplente, na medida de sua responsabilidade, ao pagamento de multa diária correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais).

3.3 A multa será recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente na 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba.

3.4 A multa será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o compromissário constituído em mora com o simples vencimento do prazo fixado.

3.5 Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de quaisquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

CLÁUSULA QUARTA

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra o compromissário caso cumpra integralmente o avençado.

4.2 As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

4.3 Os parâmetros pactuados no presente Termo não eximem as partes do cumprimento das exigências judiciais determinadas, ainda que de modo cautelar, em ações civis já propostas e em tramitação, bem como em procedimentos extrajudiciais já instaurados.

4.4 Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou



1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba

impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

4.5 O atual Prefeito Municipal, subscritor do presente termo, compromete-se em notificar formalmente seu sucessor quanto aos termos ora pactuados, remetendo cópia da documentação correspondente ao Ministério Público (1ª Promotoria de Joaçaba) no prazo de 20 (vinte) dias após a efetivação da transmissão, ficando o sucessor também responsável pela mesma medida, em caso de nova sucessão enquanto perdurar o cumprimento deste pacto.

4.6 O presente ajuste entrará em vigor na data da sua homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público.

4.7 Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015).

Por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em 3 (três) vias de igual teor.

Fica, desde logo, **cientificado** o compromissário de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o § 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e o artigo 26 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Joaçaba, 13 de maio 2019.

(Assinado digitalmente)

Márcia Denise Kandler Bittencourt
Promotora de Justiça

Município de Ibicaré
Compromissário
Gianfranco Volpato
Prefeito Municipal

Dr. Dagoberto Primo
OAB/SC n. 10.011
Procurador do Município de Ibicaré